



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

# DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)



FACES DE CLIO

## Os bacharéis fardados:

cor, meritocracia e mobilidade social na Escola Militar da Praia Vermelha (1870-1880)

*Geisimara Soares Matos*<sup>59</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é pensar, por meio da análise de treze trajetórias descritas em fés de ofício de militares, como o discurso do mérito foi praticado dentro da Escola Militar da Praia Vermelha. Com base nisso, procuramos entender como a cor e a origem social dos alunos influenciavam a prática do discurso da meritocracia na instituição. Por fim, tentamos mostrar a ambiguidade no princípio do mérito que, por um lado promovia as capacidades de um aluno pardo e de origem pobre e, por outro, mantinha a proteção através da velha ordem.

**Palavras-Chave:** meritocracia, Escola Militar, cor.

## The uniform bachelors:

color, meritocracy and social mobility in the Praia Vermelha Military School (1870-1880)

**Abstract:** The aim of this article is to think, through the thirteen redeemed trajectories by the fés de ofício of the military, how the merit discourse was practiced inside the Praia Vermelha Military School. Anchored to this, we sought to understand how the color and social background of students influenced the implementation of the meritocracy discourse. After all, we try to show the ambiguity in the principle of merit which, on the one hand, promotes the abilities of a brown student of poor origin and, on the other hand, maintains protection through the old order.

**Keywords:** meritocracy, Military School, color.

<sup>59</sup> Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra em História Social pela mesma instituição (2019). Licenciada em História pela Universidade Federal do Amazonas (2016). E-mail: [geisimara.soaresmatos@gmail.com](mailto:geisimara.soaresmatos@gmail.com).

Nas primeiras décadas do século XIX, o Exército não possuía uma unidade interna e a organização dos postos e da hierarquia era feita com base nas relações pessoais que os indivíduos estabeleciam, na maioria dos casos, por razões de nascimento<sup>60</sup>. Isso só mudaria na década de 1850, com as reformas dos critérios de ingresso e promoção dentro da instituição.

Essa mudança no Exército brasileiro que passou a considerar o talento individual teve origem na “reforma da lei de promoções feita pelo ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, em 1850”<sup>61</sup>, e se opunha à lei de recrutamento dos quadros militares, criada em 1824, que permitia a promoção a partir de avaliações subjetivas.

Para que os jovens militares acreditassem nas possibilidades de ascensão social foram dadas as ferramentas necessárias para adotarem esse horizonte de desejo. Uma delas foi a construção do discurso da meritocracia, desenvolvido pelo Exército e materializado na lei de promoções de Manuel Felizardo<sup>62</sup>. De acordo com o discurso meritocrático só era possível alcançar degraus dentro da hierarquia militar aqueles que se esforçassem e se mostrassem capazes para tanto. Naquele momento, era um princípio que supostamente premiaria os mais aptos, partindo da premissa de que ser capaz era um valor em si, que dependia apenas da competência dos indivíduos. Ou seja, todos partiriam das mesmas condições, possuiriam as mesmas oportunidades e possibilidades, independentemente de suas situações econômicas, sociais, culturais etc. .

Dessa forma, o Exército começou a atribuir maior importância aos esforços que esses alunos e oficiais envidavam dentro da instituição, em detrimento de fatores externos. Isso significa que elementos como origem social, apadrinhamento político e laços de parentesco teriam sua relevância diminuída dentro da corporação. Importante destacar que esse discurso meritocrático não foi exclusivo da Escola Militar. Ele expressava um fenômeno social que já era observado em muitos outros exércitos ocidentais<sup>63</sup>.

Com a nova lei, racionalizava-se, portanto, o sistema de promoções, impedindo a progressão motivada por questões políticas<sup>64</sup>. A lei funcionava como mais um incentivo para

<sup>60</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 182.

<sup>61</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 27.

<sup>62</sup> Lei n. 585 de 06 de setembro de 1850. Pode ser consultada no Almanaque do Ministério da Guerra disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>63</sup> Para ver mais: SEIDL, E. A construção de uma ordem: o Exército brasileiro e o nascimento da “meritocracia” (1850-1930). *Ciência & Letras*, Porto Alegre, n. 37, pp.107-137, jan.-jun., 2005.

<sup>64</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 27.

os estudos, já que determinava que os oficiais da engenharia, artilharia e estado-maior concluíssem o nível universitário da respectiva arma. Aqueles que não tinham diploma eram transferidos para a infantaria e para a cavalaria. A lei estabeleceu ainda requisitos mínimos de educação e tempo de serviço, o que significou uma modificação no perfil social da oficialidade. Importante salientar que esse novo perfil na composição do Exército não se caracterizava pela inserção dos segmentos mais pobres da sociedade. Estamos falando de um aluno com pequeno capital social, embora raramente de família nobre<sup>65</sup>. Os segmentos mais ricos eram atraídos pelas escolas de Direito e de Medicina, já que o salário do oficialato não era dos mais atraentes.

Se havia uma lei de promoções baseada no mérito, havia um regulamento para sua execução. As qualidades que constituíam merecimento militar eram: subordinação, valor, inteligência, zelo, instrução, disciplina militar e bons serviços prestados na paz ou na guerra. Essas qualidades seriam averiguadas nos seguintes documentos: fés de ofício, títulos e diplomas científicos, relações semestrais de conduta, nas ordens do dia dos comandantes e em livros especiais de registro dos comandantes dos corpos, armas e presidentes de província<sup>66</sup>.

O ingresso no Exército parecia ser uma brecha para os jovens menos abastados, que viam na instituição a possibilidade de galgar uma posição superior na hierarquia social. Apesar dessas mudanças, Celso Castro diz que esses oficiais “científicos” não tiveram privilégio dentro do Exército. Não houve uma valorização da performance acadêmica e nem ampliação de unidades e vagas que pudessem absorver esses profissionais. Dessa forma, muitos desses engenheiros acabaram exercendo funções burocráticas ou dedicaram-se ao magistério<sup>67</sup>.

A proposta deste artigo é mostrar, a partir de uma amostra de 13 fés de ofício, a ambiguidade do discurso do mérito dentro da Escola Militar que, por um lado mantinha o favorecimento a alguns indivíduos por meio da velha ordem baseada em privilégios<sup>68</sup>; e por

---

<sup>65</sup> SCHULZ, John. *O Exército na política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). EDUSP: São Paulo, 1994, pp. 27–29.

<sup>66</sup> Lei n. 585 de 06 de setembro de 1850. Pode ser consultada no Almanaque do Ministério da Guerra disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>67</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>68</sup> Esses privilégios estavam relacionados a fatores externos à instituição, como origem social, apadrinhamento político, laços de parentesco etc., como já mencionado acima. Ver mais em: GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

outro possibilitava mobilidade social a um jovem de cor e de origem pobre como Eduardo Gonçalves Ribeiro<sup>69</sup>.

Além dos fins de comparação entre as diferentes trajetórias, pretende-se também problematizar as classificações de cor que eles recebiam e, dessa forma, analisar se a origem social e a cor influenciavam na carreira desses indivíduos. Para tanto,, busquei nas fés de ofício essas respostas, já que elas nos fornecem uma grande quantidade de informações sobre a carreira militar desses indivíduos.

As fés de ofício contém dados tais como lugar de nascimento, filiação, cor da pele e, algumas vezes, cor e textura dos cabelos. Além disso, permitem-nos conhecer todas as atividades que esses homens realizaram na instituição, por exemplo, quando assentaram praça, ano de ingresso em curso preparatório e na Escola Militar, notas, atividades que exerceram na instituição, entradas e saídas da enfermaria, lugares em que serviram. As 13 fés de ofício que analisamos parecem seguir um padrão: primeiro, os dados de origem como nome do pai, cidade e data de nascimento; ofício e características físicas; depois, são indicadas as atividades realizadas em cada ano.

Esses documentos não tinham objetivo estatístico e reuniam informações constantes em ordens do dia, relatórios dos corpos e batalhões etc. Sua finalidade era construir um documento com toda a trajetória militar desses indivíduos. De acordo com José Iran Ribeiro, as fés de ofício “permitem inúmeras possibilidades de análise e comparações dificilmente alcançáveis a partir de outras fontes”. Ainda que nos possibilitem observar apenas a vida militar, as fés de ofício permitem o acompanhamento “dos percursos realizados e, a partir disto, o exame das balizas norteadoras das ações dos indivíduos [...] assim como as alternativas que criaram e os obstáculos que conseguiram ultrapassar”<sup>70</sup>.

Nessa primeira parte do artigo vamos traçar comparações entre dois alunos da Escola Militar: Eduardo Ribeiro e Clodoaldo da Fonseca, a fim de explicitar nossa hipótese. Na segunda parte trataremos mais detidamente das outras trajetórias e das classificações de cor.

---

<sup>69</sup> As reflexões contidas neste artigo fazem parte originalmente da minha dissertação de mestrado: MATOS, Geisimara Soares Matos. *O bacharel “pardo”, Eduardo Gonçalves Ribeiro: Escola Militar e Mobilidade Social (1862-1887)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

<sup>70</sup> RIBEIRO, José Iran. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos militares de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos. In: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n.1 pp. 99-110, 2009, p. 101.

## Trajetórias nos levam a pensar hierarquias sociais

A vida acadêmica de Eduardo Gonçalves Ribeiro<sup>71</sup> durante o curso na Escola Militar foi excepcional. Foi aprovado em todas as disciplinas, muitas delas com o grifo “plenamente”. O desempenho acima da média de Ribeiro pode ter possuído entre suas motivações o Art.104, da seção VII, do Regimento de 1874. Tal artigo previa que os alunos do 3º ano com aprovações plenas receberiam as vantagens de 1º sargento e continuariam a receber os vencimentos mesmo que recolhidos aos seus respectivos corpos. Isso significa que muito provavelmente Eduardo Ribeiro tenha se esforçado bastante para o bom desempenho no curso, entre outras possíveis motivações, a fim de obter os vencimentos que o ajudariam a se manter na Corte e, talvez, ajudar sua família no Maranhão.

Em 1882, foi aprovado solenemente nas disciplinas de aritmética, álgebra e trigonometria, concluindo assim o curso preparatório. Nesse ano, ainda seria nomeado sargenteante em 24 de janeiro, sendo dispensado dos serviços a 26 de julho, por ter completado com bom aproveitamento o tempo desse serviço exigido por lei. Em 24 de fevereiro, foi louvado pelo bom serviço que foi incumbido de desempenhar durante o carnaval.

Nos anos seguintes, seu desempenho escolar se manteve excepcional. Em 1883, recebeu distinção grau 10 na primeira cadeira, concluindo o curso de Infantaria e Cavalaria. Além do esforço nos estudos, Ribeiro fazia ótimos serviços extraclasse, culminando no recebimento de vários elogios (inteligente, leal, honesto) pelo comandante de sua ordem<sup>72</sup>. Parece que Eduardo Ribeiro esforçava-se para que sua estadia na Corte não passasse despercebida.

Em 1884, através do decreto de 12 de janeiro, é finalmente nomeado alferes aluno, um dos títulos mais ambicionados pelos estudantes, somente concedido àqueles que obtivessem aprovação plena em todas as disciplinas durante dois anos da Escola Militar,

---

<sup>71</sup> Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu em São Luís, capital do Maranhão em 18 de setembro de 1862. Sua trajetória é marcada pelo envolvimento no Jornal *O Pensador* naquela cidade e por ter, anos depois, se tornado governador do Amazonas entre 1892-1896, momento em que promoveu uma política de embelezamento da cidade de Manaus.

<sup>72</sup> Fé de Ofício: pasta nº. III-6-36-SAP-AHEx. Arquivo Histórico do Exército.

inclusive em desenho e nos exercícios práticos. Dessa forma, o princípio do mérito se materializava no título de “alferes aluno”<sup>73</sup>.

Como vimos, alcançar o posto de alferes aluno também resultava em um aumento muito significativo de seus ganhos, já que o soldo passava de 3\$000 para 70\$000, chegando a 120\$000 no último ano do curso<sup>74</sup>.

A Escola Militar representou, no Império, uma rara possibilidade de ascensão social para pessoas que não pertenciam à elite tradicional e cujas famílias não podiam custear cursos superiores nas faculdades de direito e medicina; a Escola Naval também era inviável, pelo caríssimo enxoval que o novo aluno precisava adquirir – um filtro social. Muitas vezes, encontramos nas memórias de ex-alunos o reconhecimento de que seguiram para a Escola Militar mais por necessidade que por vocação. O ingresso na carreira militar e a ascensão por mérito, concretizada no título de alferes-aluno, representava assim, muitas vezes, a única possibilidade de ascensão social aberta para esses jovens e um bem simbólico fundamental para a construção de sua identidade social<sup>75</sup>.

Receber o título de alferes aluno era motivo de orgulho para alunos, familiares e conhecidos. A nomeação de Eduardo Ribeiro ganhou destaque no jornal maranhense *Pacotilha*, de 1º de fevereiro de 1884. A nota de 4 linhas deixa bem evidente a alegria com que os editores do jornal haviam recebido a notícia do seu “talentoso comprovinciano”. Todos sabiam a importância que o título carregava. Com o recebimento do título, Ribeiro deixava de ser um simples aluno da Escola<sup>76</sup>.

No mesmo dia em que se tornou alferes aluno, Eduardo Ribeiro foi promovido para a 1ª Companhia. Agora matriculado no terceiro ano do curso superior, segue para o Realengo de Campo Grande, no dia 3 de março, para ingressar na bateria de artilharia de alunos, regressando em 10 de agosto<sup>77</sup>. Em 1885, fez parte da Comissão de Engenheiros nos exercícios práticos gerais realizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz, tendo sido elogiado pelo seu bom serviço na referida comissão.

Até aqui, observamos o excelente desempenho de Eduardo Ribeiro. Ele parece ter absorvido o discurso meritocrático do Exército. Afinal de contas, segundo esse discurso, sua

<sup>73</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>74</sup> *Idem.* p. 47.

<sup>75</sup> *Idem.* p. 48.

<sup>76</sup> É bem provável que Eduardo Ribeiro tenha tido relações com os membros que compunham o jornal *Pacotilha*. O mesmo surgiu na mesma época que o jornal *O Pensador* e ambos recebiam contribuições de Aluísio de Azevedo.

<sup>77</sup> Fé-de-ofício: Pasta nº. III-6-36-SAP-AHEx.

ascensão dependeria de seus esforços. Por hora, valem os questionamentos: Até que degrau na hierarquia militar os alunos conseguiam chegar apenas através do mérito? O fato de Eduardo Ribeiro ter ascendido dentro da instituição, até sua chegada ao governo do Amazonas, seria uma excepcionalidade ou as oportunidades estavam sendo abertas pela sociedade e pelo Estado naquele contexto?

A fé de ofício de Eduardo Ribeiro é repleta dos melhores elogios referentes à sua personalidade e ao seu bom desempenho, traduzindo-se nas expressões “leal”, “zeloso”, “inteligência”, “dedicação”. Essas palavras à primeira vista parecem apenas se referir às qualidades do desempenho de Ribeiro nas atividades escolares, mas, se formos além, poderemos ver que também fazem referência à posição social do elogiado.

A fé de ofício, mesmo sendo um documento oficial da instituição, tinha como objetivo reunir todas as atividades do militar fossem elas boas ou ruins (prisões também são mencionadas). O desempenho nessas atividades algumas vezes ganhava descrições elogiosas, como no caso de Eduardo Ribeiro. Diante disso, é bom lembrar que a fé de ofício e outros documentos administrativos eram analisados quando da ocasião de promoção no Exército. Ou seja, essas palavras parecem estar se referindo às qualidades que seriam inerentes ao tipo de militar que receberia a promoção a algum cargo.

Esses elogios foram dados pelo comandante do Batalhão em que Ribeiro havia prestado serviços. É bem provável que, muito mais do que um simples registro do mérito particular, esses elogios tivessem como objetivo reiterar as qualificações de Eduardo Ribeiro e, dessa forma, articular um passe para que o militar alcançasse postos prestigiosos. Ou seja, denotam uma forma de proteção e os laços que ele vinha construindo dentro da Escola Militar.

O que parece, até aqui, é que havia uma ambiguidade na ideia de mérito. Num primeiro momento, ela faz sentido, pois se trata de um indivíduo “pardo”, de origem pobre e que se destaca na Escola Militar por seus esforços e capacidade. Por outro lado, os elogios podiam ser uma estratégia da própria instituição para promover alguns de seus estudantes.

O discurso do mérito pode ser colocado em questão se analisamos outra fé de ofício: a de Clodoaldo da Fonseca. De cor branca, era sobrinho de Deodoro da Fonseca. Clodoaldo teve uma trajetória diferente da de Eduardo se compararmos suas fés de ofício. Ingressou na Escola Militar em 1879, mas nos primeiros anos obteve muitas reprovações, sendo ainda preso por várias vezes por faltas e perturbações.



Depois da reprovação em aritmética em 1883, tranca a matrícula e recolhe-se a seu corpo em Mato Grosso. Depois, em 1885, tenta retornar ao curso na Escola Militar, mas agora no Rio Grande do Sul. Não se forma engenheiro militar, concluindo apenas o curso de Artilharia. Apesar desse currículo não tão venturoso, Clodoaldo tornou-se figura importante no movimento de quinze de novembro. A patente de capitão veio em 1890, mesmo ano em que é nomeado ajudante do chefe de governo. Mais tarde, se torna governador de Alagoas, entre 1912—1915. Ao que parece, no caso de Clodoaldo, os laços consanguíneos lhe deram proteção e, conseqüentemente, cargos importantes.

Se Eduardo Ribeiro vinha construindo suas relações pessoais a partir da sua entrada na instituição, vislumbrando galgar outras posições na hierarquia, podemos inferir que Clodoaldo já havia saído em vantagem por conta da família em que havia nascido. Seu currículo, se compararmos ao de Ribeiro, deixa a desejar, não tendo funcionado para Clodoaldo o princípio do mérito. Aqui, aparece novamente a ambigüidade da meritocracia. O contexto em que essas trajetórias são construídas promovem as capacidades do jovem Eduardo Ribeiro, sem apadrinhamento ou laços consanguíneos; e, ao mesmo tempo, mantém a proteção através da velha ordem, no caso de Clodoaldo da Fonseca. O que pretendo deixar claro com essas comparações é que o mérito não igualava quanto à condição social, mas a condição social podia desqualificar o princípio do mérito.

Para não ficarmos apenas nesses exemplos, já que a documentação de caráter oficial da instituição, como as fés de ofícios e os regimentos, não nos dão indicações precisas do favorecimento pessoal que ocorria dentro da instituição, é necessário utilizar outras fontes que podem indicar percepções pessoais do que acontecia dentro do prédio da Escola Militar.

Celso Castro diz que há cartas no arquivo de Benjamin Constant em que são efetuados pedidos de “proteção” para alunos. Uma assinada por Duque de Caxias pedia “benevolências” para com um parente nos exames<sup>78</sup>. Quando da ocasião para se tornar alferes aluno, José Bevilacqua encaminhou uma carta a sua mãe explicando a aprovação das matérias e a importância de ganhar o título de “alferes aluno” que, segundo ele, é “uma promoção muito considerada no Exército, visto ser por lei e por estudos, independentemente da vontade do ministro, que no outro caso promove aos protegidos”<sup>79</sup>. A afirmação de Bevilacqua traz à tona o favorecimento de alunos para a ascensão a cargos na Escola, em contradição com o

<sup>78</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>79</sup> José Bevilacqua, carta de 09/07/1884. Apud: CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 45.

que era pregado pelo discurso meritocrático do Exército. É como se a instituição estabelecesse dois regimes: um em que os indivíduos ascendiam através de indicações e proteções; e outro em que o mérito funcionava abrindo brechas para os que não possuíam esses favorecimentos.

Os escritos pessoais de Bevilacqua permitem perceber o que acontecia no cotidiano da Escola Militar. Apesar de não termos mais dados sobre esses favorecimentos, podemos supor que acontecessem. Certamente os alunos mais bem relacionados poderiam receber proteção e cargos melhores. Em outra carta trocada entre Bevilacqua e sua mãe, ela recomenda que o filho peça proteção ao seu tio Thiago para entrar no curso a fim de obter a proposta de alferes e, dessa forma, não precisar mais da sua mesada, visto que estavam “indo de mal a pior”<sup>80</sup>. Não sabemos as relações que o tio de José Bevilacqua tinha no Exército, mas podemos inferir a preocupação de Mariana em ter alguém que intervisse pelo filho na Escola, ajudando-o a alcançar outros patamares dentro da instituição.

Ernesto Seidl, em seu estudo sobre a formação da elite do Exército entre o Império e a Primeira República, confirma esses favorecimentos. Em sua investigação, o autor utilizou 56 trajetórias de generais gaúchos, cujo ingresso na carreira aconteceu a partir de 1850. Através delas, Seidl observou o uso de recursos e estratégias extrameritocráticas, “em especial o uso de relações baseadas na reciprocidade pessoal”<sup>81</sup> para ascensão na carreira.

Muitos dos generais gaúchos estudados por Seidl tinham uma forte proximidade com oficiais dos primeiros postos da hierarquia. Isso significava que ocuparam, durante suas carreiras, cargos burocráticos que permitiram o contato direto ou indireto com os oficiais de alta patente. Se voltarmos à fé de ofício de Ribeiro, vamos perceber que também ele ocupou espaços a partir de cargos que possibilitariam esse contato, como o cargo de ajudante de ordens que exerceu em 1883, revelando chances objetivas de progressão hierárquica na instituição. Ou seja, parece que Ribeiro impressionou seus superiores e, dessa forma, conseguiu furar o cerco elitista. Se a ascensão de Eduardo Ribeiro na instituição se deu por seus méritos, podemos considerar que foi um caso excepcional dentro de uma norma de favorecimento pessoal.

---

<sup>80</sup> Museu Casa de Benjamin Constant, Fundo José Bevilacqua – Série Correspondência familiar: Mariana Bevilacqua (20 de dezembro de 1881).

<sup>81</sup> SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). *Revista de Sociologia política*, v. 16, n.º. 30, 199-220, Jun. 2008.

Quando buscamos as trajetórias de outros estudantes dentro da Escola Militar, percebemos similaridades com a própria trajetória de Eduardo Ribeiro. Parece ter havido uma busca incessante pelo bom desempenho acadêmico. Os alunos acreditavam no mérito como forma de ascender dentro da instituição, culminando em vigoroso esforço para se fazer notar entre seus pares, como é o caso de Ribeiro. Entretanto, isso não significava que valores outros, que não os da meritocracia, não tenham sido acionados para alçar degraus mais altos na carreira. Muito pelo contrário. Parece que o mérito, ao estimular a mobilidade ascendente desses indivíduos única e exclusivamente por meio de seus esforços, reforçava ainda mais a estratificação dentro da instituição. A excepcionalidade de Eduardo Ribeiro possibilitou que fosse notado por seus superiores e, dessa forma, construísse redes de sociabilidade e as acionasse quando preciso.

Ribeiro sabia que uma trajetória acadêmica bem-sucedida auxiliaria sua ascensão social, mas não seria o suficiente. Somado a isso, ele precisou galgar espaços que o deixassem mais perto dos indivíduos que ocupavam os cargos mais altos dentro da Escola Militar e do Exército. Afinal de contas, ele precisava ser notado, e isso parece ter sido possível por causa de seu ótimo desempenho acadêmico e dos bons serviços prestados em cargos administrativos ocupados ao longo do seu tempo na Escola, período em que ele se destacou e recebeu elogios de seu comandante, o que muito provavelmente o ajudou na conquista de suas promoções e, por que não, de prestígio e contatos, que o levariam a alçar o governo do Amazonas anos depois.

Mas e a cor? Até que ponto o mérito igualava os indivíduos quanto a cor e condição social? Se o mérito por si só não possibilitava a ascensão na carreira, sendo necessário por muitas vezes lançar mão de outros artifícios, é de se esperar que alguns marcos ajudassem ou dificultassem essa escalada: a cor e origem social.

### **Estruturando a carreira militar: desempenho acadêmico, envolvimento político e cor da pele.**

Quando analisamos as fés de ofício, alguns questionamentos são importantes: Quem indicava a cor? O próprio aluno? Se o Exército, quais eram os procedimentos e critérios de classificação e identificação seguidos pela instituição? Como é de se esperar, não se tratava de autoatribuição: a tarefa ficava a cargo do próprio Exército, regulamentada pelo Ministério da

Guerra. No Almanaque dos Oficiais Efetivos, Reformados e Honorários das diferentes armas do Exército do Império do Brasil, de 1855, há na segunda parte “Explicações para as informações dos oficiais e praças”. Esse documento fornece instruções para a instrumentalização dos dados institucionais e pessoais de cada indivíduo que compunha o quadro do Exército<sup>82</sup>. Essas informações deveriam ser enviadas semestralmente e eram usadas, anos depois, para a confecção das fés de ofício.

Essas informações sobre os oficiais e praças deveriam contar com dados fixos, repetidos todos os semestres, que seriam: o corpo a que pertenciam, o número, a companhia, praça e posto atual. Nesses relatórios individuais ainda tinham de constar dados como: filiação, estado civil (e se possuíam filhos), idade, estudos, prêmios que teriam recebido, licenças, doenças, entre outros. Havia também as informações designadas como “sinais de assentamento de praça”, que eram as informações atribuídas no momento do ingresso no Exército. Esses sinais de assentamento de praça eram aqueles que designariam perfeitamente as “circunstâncias” físicas do indivíduo, para que pudesse ser sempre conhecido e evitasse, dessa forma, ser confundido com outro. Dos sinais de assentamento de praça, dois nos interessam no momento: a filiação e as características físicas.

Na parte “Filho de ...” é recomendada a necessidade de se examinar bem e escrever o nome do pai e o respectivo emprego, mas apenas se fosse notável. Quando o indivíduo não tivesse pai conhecido, se declarava o nome da mãe, ou pais incógnitos. Quanto às descrições físicas, as explicações são bem claras: no quesito altura, deveria ser aferida na craveira; quanto aos cabelos, deveriam ser descritos como “lisos, crespos, ou carapinha”. A informação sobre o rosto deveria assinalar se era “redondo ou comprido, claro, trigueiro, índio, pardo, etc.”; dos olhos, a cor e qualquer outro sinal; da barba, se era pouca, muita, cerrada e sua cor. A indicação direta da cor da pele não constava nessas explicações ficando, acredito, essa característica incluída na descrição do rosto.. Ainda sobre o rosto, é interessante destacar a variedade de classificações indicada: “trigueiro, índio e pardo”.

Podemos dizer que essa padronização na classificação dos militares acompanhou mudanças decisivas que ocorreram a partir de 1850. Nesse ano, além do fim do tráfico de escravos e da Lei de Terras, houve ainda a autorização do governo, por intermédio da lei nº 586, para a feitura de um censo geral, que teve seu regulamento estabelecido no ano seguinte.

---

<sup>82</sup> Este almanaque pode ser consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no periódico Relatório: Ministério da Guerra (RJ) do ano indicado.

Concomitantemente, foi criado o Regulamento para o registro dos nascimentos e óbitos, implementado somente em 1888. Como podemos observar, havia uma preocupação em classificar e quantificar as pessoas. Essa prática procurava ordenar a população em um discurso que partia de combinações de diferentes princípios (cor, idade, condição jurídica, etc.). O Exército parece ter se inserido nessa dinâmica por meio da preocupação em padronizar as informações de seus componentes.

Esse empenho em registrar aspectos fenotípicos pode ter ainda relação com as teorias raciais que já circulavam na Europa em meados do oitocentos. Apesar de terem recebido uma atenção maior no Brasil apenas na década de 1870, é de se supor que o Exército já tomava conhecimento e consumia a literatura a respeito do assunto. O registro das características físicas não tinha um uso “ingênuo”, apenas para não confundir homens, como diz o documento. O Exército não era a única instituição que classificava em termos raciais. Hospitais para alienados também o faziam. Lima Barreto, por exemplo, quando da sua primeira internação no Hospital Nacional de Alienados, teve sua cor indicada como branca. Nas etapas seguintes de registro, havia ainda mais dados antropométricos do paciente como o nariz, as orelhas, crânio; com o objetivo de classificar a fisionomia dos doentes.

Se voltarmos à discussão sobre a meritocracia no Exército e pensarmos nas classificações de cor da instituição, algumas perguntas podem ser levantadas: O mérito reforçaria posições sociais de origem? Até que posto dentro da carreira militar esses indivíduos não-brancos ascendiam? Talvez a análise da trajetória desses indivíduos possa nos dar alguns esclarecimentos.

Ao examinar o itinerário profissional desses militares observamos a construção de trajetórias de forma bastante diferenciadas. Entretanto, isso não impede de visualizar alguns traços comuns. As fés de ofício analisadas seguem um padrão de estrutura: iniciando sempre como o nome do indivíduo, nome do pai (ou, quando desconhecido, o nome da mãe), data de nascimento e data em que assentou praça. Em 8 delas há menção à cor da pele (branca, parda, parda clara e morena). Em 7 delas há a menção a outros traços fenotípicos como cor dos olhos e cabelos (preto ou castanho) e sua textura (crespos na maioria deles).

Em primeiro lugar, acho importante o exame da presença do nome do pai no documento. Dos 13 indivíduos analisados, apenas Octavio da Fonseca recebeu a designação: “filho de pais incógnitos” e apenas Eduardo Ribeiro recebeu a declaração do nome da mãe, já que o pai não era conhecido. Todos os outros indivíduos tiveram o nome do pai assinalado em

suas fés de ofício e apenas três tiveram o emprego do pai indicado: Olympio de Carvalho, Felipe Antonio da Fonseca e José Joaquim Firmino, por seus pais terem um “emprego notável”, todos com patentes militares. Partindo do pressuposto de que a presença do pai indica em tese uma família econômica e socialmente mais estruturada, vamos perceber que a maioria dos alunos (11 deles) pode ter usufruído de infância e juventude mais seguras e estáveis. Isso se considerarmos que o meio social e os recursos a que tiveram acesso, por trás das vantagens carregadas pelo nome do pai, facilitaram o acesso à educação e conseqüentemente o ingresso na Escola Militar.

Um traço ainda mais interessante é que apenas 3 desses indivíduos tiveram a profissão do pai destacada e os 3 com patentes militares (coronel, tenente-coronel e capitão). Segundo Celso Castro, os documentos de matrícula de alunos raramente registravam a ocupação do pai, acontecendo apenas quando se tratava de um filho de oficial<sup>83</sup>. O fato dos pais terem construído uma trajetória dentro do Exército pode ter interferido na vida profissional dos indivíduos aqui analisados.

Dos três que tinham pai com patente militar apenas José Joaquim Firmino tornou-se Engenheiro Militar. E foi o único também que teve a indicação da cor feita na fé de ofício: foi classificado como “moreno”. Firmino teve uma trajetória destacada no Exército. No mesmo ano em que se formou engenheiro militar, em 1888, foi nomeado oficial da força encarregada da fundação de uma colônia militar em Foz do Iguaçu e da construção de estradas estratégicas no Paraná, expedição que resultou na ocupação desse território por forças do Estado. Firmino teve uma atuação bem destacada à frente desta expedição, tendo seu nome reconhecido na história da região.

Já Felipe Antonio da Fonseca e Olympio de Carvalho Fonseca não concluíram o curso na Escola Militar. Olympio ainda conseguiu completar o curso de Artilharia, depois disso ocupou vários cargos de ajudante até ser nomeado, em 1891, secretário interino do presidente da república, cargo em que não ficou por muito tempo. Depois disso, exerceu funções na secretaria de inspeção do Asylo de Inválidos da Pátria e na Escola Prática da capital federal. Posteriormente embarcou para a Bahia para assumir cargos de comando. E, em 1903, foi promovido a Coronel.

---

<sup>83</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 28.

Felippe Antonio teve que trancar sua matrícula na Escola Militar em 1885, momento em que passou a exercer algumas funções em São Gabriel e Sant'Anna do Livramento, ambos no Rio Grande do Sul. Antes de servir na Guerra de Canudos, na expedição de Artur Oscar, em 1901, Felippe Antônio havia participado de uma banda de música também no Rio Grande do Sul. Em 1901, foi promovido ao posto de Capitão.

A três trajetórias são muito interessantes e demonstram a participação em eventos importantes da história do Brasil. Todos, muito jovens, ocuparam cedo cargos burocráticos, como ajudante de ordens, por exemplo, que os permitiram um contato maior com o alto escalão do Exército. Felippe Antonio e Olympio de Carvalho, mesmo não tendo concluído o curso na Escola Militar, conseguiram ascender na hierarquia da instituição, sendo promovidos a capitão e coronel, respectivamente. Já José Joaquim Firmino que concluiu o curso de engenharia e logo se envolveu na expedição rumo a Foz do Iguaçu, foi promovido a major em 1900.

Dos três, apenas este último, José Joaquim Firmino, teve sua cor assinalada na fé de ofício: morena. Além dele, apenas Braz Antonio fora designado com “cor morena”. Mas Braz, em comparação a Firmino, teve uma trajetória no Exército mais modesta. Frequentou a Escola de Tiro de Campo Grande, não cursou a Escola Militar e logo foi mandado para o Paraná onde serviu em diversas funções. Sua fé de ofício se encerra com informações do ano de 1883.

Se considerarmos que tanto Braz Antonio quanto José Firmino tiveram seus respectivos pais assinalados na fé de ofício, poderíamos supor que o designativo “moreno” foi utilizado para marcar uma ascendência mais abastada, ou seja, uma melhor posição dentro da hierarquia social que a dos outros, classificados como pardos? “Moreno” parece, nesses casos, fazer referência a uma pessoa mais clara em relação às designadas como “pardas”. Digo isso se considerarmos que, muito provavelmente, quem foi designado como “pardo” tinha maior probabilidade de possuir um passado ligado a pessoas de cor. Para entender melhor esse argumento, vamos voltar às trajetórias de Eduardo e Octavio da Fonseca.

Se formos em direção às trajetórias desses alunos, que foram designados como pardos e, principalmente, não tiveram o nome do pai assinalado na fé de ofício, vamos observar algumas nuances. Primeiro, a trajetória de ambos: enquanto Ribeiro teve uma trajetória de ascensão, culminando com o cargo de governador do Amazonas entre 1892 e 1896, Octavio da Fonseca não apresenta a mesma proeminência. Fez o curso na Escola

Militar, tornou-se alferes aluno em 1884 e engenheiro militar em 1889. Teria ainda trabalhado como engenheiro de 2ª Classe no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil<sup>84</sup>. Segundo o Guia Militar de 1893, Octavio teria falecido em 1892<sup>85</sup>.

Podemos inferir que o desconhecimento do pai (e isso se agrava para Octavio que não teve nem a mãe indicada), demonstra que esses dois homens tiveram uma origem menos abastada que os outros 11 indivíduos com filiação paterna indicada. Além disso, é de se destacar que apenas os dois, que não tinham o nome do pai, foram indicados como “pardos”.

Não podemos negar que a família representava um importante capital político naquela época. Mesmo que houvesse diferentes realidades familiares, como é o caso de Eduardo, que tinha a família formada em torno da mãe e da irmã, o ideal partilhado pela sociedade era de que essas famílias fossem chefiadas por homens, o que garantiria um capital simbólico para os membros da família. Ou seja, “um chefe de família expandia o círculo daqueles que, como dependentes, reconheciam sua autoridade”<sup>86</sup>.

O segundo ponto que gostaria de tratar são os cargos políticos assumidos por alguns desses alunos. O fato de um militar assumir um cargo político não era algo incomum naquele momento. Entretanto, parece incomum que um engenheiro militar pardo, sem pai, tenha alcançado tal posição. Entre os indivíduos pesquisados, outros três tiveram cargos políticos. Alexandre José, classificado como branco, foi eleito governador de Pernambuco entre 1892 e 1896, tendo se formado engenheiro militar em 1888. Marcos Franco Rabello, também classificado como branco, concluiu o curso de engenharia militar em 1887, mesmo ano que Eduardo Ribeiro, e assumiu, em 14 de julho de 1912, o cargo de governador do Ceará, permanecendo até 1914. E Clodoaldo da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, também classificado como branco, foi governador de Alagoas entre 1912 -1915. Tornar-se governador parece ter sido uma característica dessa geração de militares que frequentaram a Escola Militar.

Sabendo um pouco dessas trajetórias, podemos observar algumas situações interessantes. Todos eles assumiram cargos em estados ao norte do país: Amazonas, Pernambuco, Ceará e Alagoas, compondo dessa maneira uma elite política oriunda do

---

<sup>84</sup> Relatório do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, junho de 1891. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>85</sup> Guia Militar, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>86</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997, p. 37.



Exército nesses locais. Outro ponto interessante é que apenas Eduardo era “pardo”, os outros três, brancos. Além disso, Alexandre José e Marcos Franco Rabello assumiram o cargo de governador em seus estados de origem; Eduardo, ao contrário, assumiu o cargo no Amazonas, lugar onde não tivera relação anterior a 1887. Se as relações pessoais e a cor da pele auxiliavam a inserção na elite política, podemos supor que Alexandre, Marcos e Clodoaldo tiveram uma maior facilidade para adentrar esses espaços. Ao que parece, Ribeiro aproveitou bem as fissuras e os laços que construiu ainda na Escola Militar, para se alçar na política.

### **Adentrando as classificações de cor**

Neste ponto, o leitor já percebeu que a cor não pode ser considerada apenas como referência cromática, mas sobretudo como marcador de lugar social. Como sabemos “a cor no Brasil sempre foi um marcador social da diferença dos mais operantes, a despeito de carregar certa fluidez e indeterminação”, isso porque ela considera critérios “ora mais circunstanciais, ora mais econômicos, sociais e culturais”. Ou seja, a cor ora tornava o indivíduo mais branco, ora mais negro<sup>87</sup>. Dessa forma, discutir questões raciais mostra-se tarefa complexa e limitá-las à dicotomia negro/branco acaba por essencializar essas relações, desconsiderando suas variações no tempo e espaço. Quando tratamos da classificação de cor como parte do jogo político da época estudada, procuramos nos distanciar de uma análise que considera as categorias de cor de forma neutra<sup>88</sup>.

Não havia no regulamento da Escola Militar algo que impedisse o ingresso de jovens pobres e negros no corpo discente da instituição, o que não significa que não usassem de outros meios para os excluírem social e racialmente. De qualquer forma é inegável que, a partir de meados do século XIX, houve uma abertura para o ingresso de homens pertencentes a segmentos sociais mais modestos no Exército e, mais especificamente, na Escola Militar.

Os termos usados para classificar a população não branca demonstram as características das relações raciais no Brasil e criam, para os pesquisadores, problemas de interpretação. A historiografia vem apontando que denominações como: “moreno”, “pardo”, “mulato”, “preto” e “trigueiro” eram utilizadas para classificar os indivíduos e, dependendo

---

<sup>87</sup> SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto e a experiência da mimesis: Agência e Loucura no Brasil da Primeira República. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume I*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 156.

<sup>88</sup> Assumimos essa análise a partir dos estudos de Ivana Stolze Lima em “Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil” (2003).

da época e do lugar, ganhavam significados diferentes, ora podendo ser utilizadas para afirmar uma imagem positiva do sujeito, ora para desqualificar. Temos um leque farto de designações raciais, que, longe de serem classificações neutras, fazem parte do arranjo político e social da época.

De acordo com Thomas Skidmore, “o Brasil não teve nunca, pelo menos desde o fim da colônia, um sistema birracial rígido. Havia sempre uma categoria mediana (os chamados mulatos e mestiços)”<sup>89</sup>. A partir de 1850, com a derrota de rebeliões provinciais, o fim do tráfico de escravos e o crescimento econômico continuado, presenciou-se a ascensão econômica de uma parte da população afro-brasileira. George Andrews, resgatando alguns dos escritos de Sílvio Romero, nos diz que, apesar de não haver estatísticas disponíveis, observou-se no século XIX centenas de mulatos se formando nas recentes faculdades de Direito e Medicina<sup>90</sup>.

Os homens livres, de cor, representavam 10% a 15% em 1819 da população total. Durante o seguinte meio século essa população livre de cor aumentou para 42% da população, enquanto que a população escrava ficou reduzida a menos de 16 por cento. Em 1872, havia quase três vezes mais homens livres que escravos na população de cor<sup>91</sup>.

Indicar a cor da pele na fé de ofício funcionava, primeiramente, como uma obrigatoriedade, já que é um documento de registro militar e de cunho mais oficial. Pode-se dizer que a categoria “pardo”, muitas vezes usada nesse tipo de documento, seria a forma como a linguagem oficial via e classificava homens de cor.

Muitas vezes o termo pardo é interpretado como fazendo referência a “mulato,” sendo utilizado também para fazer referência a uma condição social diferenciada entre negros e os demais. Dessa forma, é bem possível que o próprio Eduardo se visse como “pardo”. Não há motivos para achar o contrário, já que o mais complicado socialmente era ter ascendência escrava.

Em *Das cores do silêncio*, Hebe Mattos, ao tratar do fim da escravidão no sudeste do Brasil (mais precisamente analisando as relações sociais entre escravos e senhores, e os significados de liberdade para os primeiros), nos apresenta análises de processos oriundos da

<sup>89</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 55.

<sup>90</sup> ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: EDUFSCar, 2007, p. 143.

<sup>91</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 57.

Corte de Apelação. Neles, Mattos evidencia o silenciamento sobre a cor das pessoas que eram parte nos processos. Para a autora, tratava-se, ao não mencionar a cor da pele desses indivíduos, de uma espécie de silenciamento, mais do que uma tentativa de branqueamento. A autora tenta demonstrar que: “A noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”<sup>92</sup>.

Ao analisar ainda registros de óbitos de adultos em Cachoeira do Muriaé na década de 1890, Hebe Mattos nos mostra que a designação “negro” se referia ainda ao passado do cativo, ou seja, à experiência da escravidão. E quanto ao termo pardo? A autora diz não concordar com análises que entendem o termo como uma referência à pele mais clara. Para ela, “a designação ‘pardo’ era usada, antes como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco”. Dessa forma, Mattos salienta que todo escravo descendente de homem livre branco, ou indivíduo que tenha nascido livre e trouxesse a marca da sua ascendência africana era designado como pardo<sup>93</sup>.

Voltando a nossa lista de estudantes da Escola Militar, Octavio da Fonseca foi outro que recebeu a designação de pardo em sua fé de ofício, mas diferentemente de Ribeiro teve o termo “claro” acrescido a sua caracterização. Por quê? Fonseca era natural da província de São Paulo, filho de pais incógnitos e havia nascido no ano de 1862. Com olhos e cabelos castanhos, 1,59 m de altura, era solteiro e sem ofício. Assentou praça em 1880, um ano antes de Ribeiro. Matriculando-se na Escola Militar, passou a pertencer ao corpo de alunos em 16 de junho daquele ano. Fonseca também teve um bom desempenho na Escola, recebendo aprovações durante seus anos de formação. O título de alferes aluno veio em 12 de janeiro de 1884 e o de Engenheiro Militar em 1889<sup>94</sup>. Contemporâneo de Eduardo Ribeiro e do também já citado Marcos Franco Rabello, há uma grande possibilidade de que os três tenham estudado juntos, já que se tornam alferes alunos no mesmo momento. Difícil dizer o porquê do termo “claro” ter sido acrescido à descrição de Fonseca; talvez ele realmente tivesse a pele mais clara que a de Ribeiro, mas, como não podemos nos contentar com essa justificativa, outras hipóteses devem ser levantadas.

---

<sup>92</sup> MATTOS, Hebe (2013). *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 106.

<sup>93</sup> MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>94</sup> Fé de Ofício de Octavio da Fonseca, referência: III-12-3. Arquivo Histórico do Exército.

O termo pardo era uma expressão bastante utilizada para designar pessoas durante toda a história do Brasil, mas teve por várias vezes seu significado mudado, a depender também da situação em que era empregado. Essas formas oficiais de classificação da população tinham como objetivo ordenar a população em um discurso, combinando uma variedade de dados: idade, filiação, naturalidade, sexo, cor etc. É importante salientar que essa classificação acontecia de diferentes formas, dependendo dos interesses. Segundo Ivana Lima:

Se para a polícia a cor foi um dos critérios básicos de sua atuação na vigilância da ordem pública, da mesma forma que um presidente de província poderia incluir sua menção, em benefício de um conhecimento mais detalhado as riquezas e ameaças de sua região, os ministros de Estado, com a incumbência de organizar os cálculos gerais sobre a população, preferiram muitas vezes calar sobre o tema, mesmo quando houvesse “dados” disponíveis e já recolhidos<sup>95</sup>.

Se, como bem apontado pela historiadora Ivana Lima, a cor da população era ativada de diferentes formas, conforme os setores do Estado, então qual era o critério do Exército para classificar quanto à cor seus praças e oficiais? Segundo as “Explicações para as informações dos oficiais e praças” que vimos no início do capítulo, essas informações precisavam ser coletadas com precisão para que não ocorressem equívocos, como confundir pessoas. Mas essa justificativa não encerra a questão.

A variação do termo “pardo” para “pardo claro” pode ser justificada primeiro pela variação do olhar de quem atribuía a cor, já que este poderia variar diante de inúmeras situações. Segundo, se eles conseguiam seguir as instruções de classificação, podemos dizer que Octavio tinha a pele mais clara que a de Eduardo Ribeiro. Ainda uma terceira justificativa pode ser a intenção da instituição em ser o mais precisa possível na classificação desses homens, já que, em uma sociedade miscigenada, a gradação entre uma cor e outra se tornava cada vez maior.

O que quero dizer, ao discutir essas hipóteses sobre classificação de cor de Eduardo e Octavio, é que o termo “pardo” abarcava, como nenhum outro, a união entre a classificação racial e social. Isso porque homens livres, que tinham um passado ligado aos africanos, para tornarem-se pardos necessitavam de um “reconhecimento social de sua condição de livres construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam”<sup>96</sup>. Ou seja, o

<sup>95</sup> LIMA, Ivana. *Op. Cit.*, p. 206.

<sup>96</sup> MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 42.

pardo era aquele que não podia ser classificado como branco (embora reunisse atributos que o aproximavam do branco) e não podia ser classificado como negro, pois tal designação fecharia a ele todas as portas da ascensão social. É um termo que, dependendo da condição social do indivíduo, sempre trai os polos branco e negro. Dependendo das circunstâncias e da condição social, podia-se passar como um pardo mais próximo do branco ou como um pardo mais próximo do negro.

A utilização dessa categoria nos remete também ao primeiro censo nacional, o de 1872, feito pela Diretoria Geral de Estatística. Apesar desses termos já terem sido utilizados em censos anteriores, só então (e, pela primeira vez), “o conjunto da população era apreendido oficialmente em termos raciais”<sup>97</sup>. Assim, a classificação racial dividia a população em “pretos”, “pardos”, “brancos” e “caboclos”, esse último, em referência ao elemento indígena.

Não creio que o uso do termo pardo tenha sido utilizado como uma ferramenta de branqueamento de Eduardo Ribeiro. Neste momento, o que parece é que esse indicativo de cor tinha como objetivo deixar evidente que se tratava de um homem negro mais abastado em comparação a outros homens de cor sem acesso à educação<sup>98</sup>. É possível que se reconhecer e ser reconhecido como pardo tenha trazido vantagens para seu processo de ascensão social e até de realização social e pessoal.

Ainda sobre o termo pardo, Ivana Lima em *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, atribui o uso da expressão para se referir a uma identidade brasileira que estava em construção no século XIX. Isso porque, segundo a autora, o termo pardo “é indefinível de forma fixa e acabada”, por fazer referência à mestiçagem, à união das três raças, argumentos muito utilizados para a construção da noção de brasileiro que se articulava.

A questão vai muito além de um simples dado fenotípico. Como apontado nas páginas anteriores, as cores desses homens funcionavam como um marcador do lugar desses indivíduos na hierarquia social. Ou seja, podemos perceber que as informações recolhidas não pareciam funcionar como mero recolhimento de dados e informações desses militares. E, ao

---

<sup>97</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.-dez., 2009, p. 366.

<sup>98</sup> KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2012, p. 9.

que parece, o termo “moreno”, referente à cor da pele, pareceria funcionar como atenuação e assim marcar diferenças dentro da instituição em relação aos pardos. Se, como mostra Ivana Lima, nos censos populacionais do século XIX havia uma intrínseca participação da cor e da condição (livre ou escravo) na classificação dessa população, na classificação do Exército havia uma intrínseca relação entre cor e a origem social desses indivíduos.

Essa flexibilidade no uso dos termos parece pretender a maior precisão possível das diferentes cores, conforme também a dinâmica social de que se é parte. Desta forma, a diversidade de classificação estaria muito longe de algo aleatório, fruto da incapacidade da instituição em seguir um padrão. O gradiente de cores nos permite também pensar o perfil dos alunos da Escola Militar além do corriqueiramente analisado, ou seja, a origem social. A meu ver, as duas questões precisam ser analisadas em conjunto, por estarem estreitamente ligadas. As dicotomias “elite” e “não-elite” e branco e negro não dão conta do complexo universo de classificações no qual esses personagens estavam inseridos.

Digo isso pois a ascensão social e econômica de mulatos e mestiços durante o século XIX dependia “sem dúvida da aparência (quanto mais ‘negroide’, menos móvel) e do grau de ‘brancura’ cultural (educação, maneiras, riqueza) que era capaz de atingir”<sup>99</sup>. Observa-se nesse período “um mundo de indivíduos que iam driblando sua história de modo a construir lugares de inserção nessa sociedade até então dominada por brancos”<sup>100</sup>.

Tendo em vista essa discussão, é importante mencionar o texto de Gilberto Freyre sobre a ascensão do bacharel e do mulato. Nele, Freyre pretende que, no contexto do século XIX, diante de campanhas de abolição e propaganda republicana, era possível perceber dois novos personagens que emergiam com bastante força: a figura do bacharel e a do mulato. Sobre o bacharel, Freyre nos diz que essa figura surge no Brasil dentro de um contexto em que a Europa burguesa torna-se o exemplo de internalização de novos estilos de vida, contrários ao rural. Esses novos valores tornaram-se insígnias de uma nova aristocracia, a dos sobrados, e de uma nova nobreza, a dos bacharéis e doutores.

Esse bacharel era principalmente o filho legítimo do senhor de engenho ou do fazendeiro, rapazes da burguesia que se bacharelavam na Europa e de lá voltavam com novas ideias. Segundo ele, “a ascensão dos bacharéis brancos se fez rapidamente no meio político,

---

<sup>99</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>100</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo, 1ª ed. Companhia das Letras, 2017, p. 25.

em particular”<sup>101</sup>. Freyre cita ainda a geração de bacharéis que saíram das Escolas para fazer a Abolição ou a República. Segundo ele, nessa geração nem todos se “extremaram em radicalismos, embora alguns viessem a ostentar ideias anticlericais e outros, certo republicanismos jacobino [...]”<sup>102</sup>.

Assim, o que Gilberto Freyre procura pontuar é o fenômeno do declínio do patriarcado rural brasileiro face à ascensão do burguês intelectual (esse bacharel e, às vezes, mulato) e também o surgimento de uma geração de militares que se destacaram no cenário político da nascente República brasileira. A partir desse último fato, ele destaca que a carreira militar também “foi outro meio de acesso social do mulato brasileiro”. Freyre compreende essa atração pelo exercício militar por parte do mestiço tendo em vista ser a “farda agradável à sua vaidade de igualar-se ao branco pelas insígnias de autoridade e de mando e, ao mesmo tempo, instrumento de poder e elemento de força nas suas mãos inquietas”<sup>103</sup>.

Se homens de cor queriam escapar das marcas da escravidão através da inserção em um círculo intelectual e político, isso não excluía que vissem no Exército uma maneira mais fácil de obterem profissão e melhor renda para a família. De qualquer maneira, a assertiva de Freyre parece se encaixar no caso de nosso personagem. Havia a ambição de subir degraus na hierarquia social e tornar-se conhecido. Ou seja, a tentativa de ascensão social por ele empreendida não se fez apenas pela busca da aquisição de riquezas, mas também por tratar-se da obtenção de capital cultural e simbólico diferenciado.

Se ser alfabetizado em fins do século XIX possibilitava uma mobilidade social já bastante significativa, bacharelar-se em um curso na Escola Militar configurava um ganho extraordinário nessa corrida<sup>104</sup>. A inserção de Eduardo Ribeiro, homem negro, em um círculo intelectual branco, ainda muito jovem, nos indica que os homens livres de cor tiveram não raro papel de destaque muito antes do período do pós-abolição no Brasil, “conseguindo atingir considerável mobilidade ocupacional [...]”<sup>105</sup>. A distinção simbólica e os laços que esses indivíduos cultivavam dentro da Escola Militar possibilitaram que se deslocassem dentro da hierarquia social, construindo um novo perfil político nos primeiros anos da República.

<sup>101</sup> FREYRE, Gilberto. Ascensão do bacharel e do mulato. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. 15 ed. – São Paulo: Global, 2004, p. 713.

<sup>102</sup> *Idem*, p. 725.

<sup>103</sup> *Idem*, p. 726.

<sup>104</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, 2017, pp. 24-25.

<sup>105</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 60.

A escolha pela Escola Militar por parte de alunos pobres ou de cor não se deu apenas pela abertura que a instituição garantiu a partir das reformas que aconteceram no Exército, especialmente na década de 1850. Foi mais do que isso. Por ser uma instituição conhecida pelos estudos científicos, mais do que uma profissão ou carreira militar, ela possibilitava que esses alunos adquirissem capital simbólico. Para esses alunos, e até mesmo para Eduardo Ribeiro que já havia tomado contato com o Positivismo em São Luís, formar-se engenheiro militar possibilitava um ganho de capital simbólico que lhe permitiu transitar até o topo da hierarquia social.

### **Considerações Finais**

O intuito deste artigo foi demonstrar como a Escola Militar possibilitava a inserção de alunos de origem social menos abastada e de homens de cor. Ao longo da pesquisa, percebemos que o princípio do mérito era um discurso bastante difundido no Exército e absorvido pelos alunos. No entanto, essa absorção não impediu que estratégias extrameritocráticas fossem acionadas por eles para atingirem melhor posição dentro da instituição. Laços familiares e apadrinhamentos eram corriqueiramente acionados, mas não só isso.

No caso de Eduardo Ribeiro, foi necessário que ele construísse laços e se inserisse em espaços que o deixassem mais próximos do alto oficialato. Isso possibilitou que sua pessoa, inteligência e esforços fossem percebidos, levando, conseqüentemente, a que ele se destacasse. Os elogios feitos à sua pessoa e ao seu profissionalismo, salientados em sua fé de ofício, foram importantes para que o vissem como alguém apto a assumir cargos mais altos e de confiança dentro da instituição e fora dela.

Através de 13 fés de ofício, da indicação da cor dos alunos, da presença ou não dos nomes dos pais e da trajetória de alguns, pude perceber que o designativo “pardo” tinha relação direta com a origem social dos alunos. Os únicos alunos que receberam o designativo “pardo” foram Eduardo Ribeiro, que tinha pai desconhecido; e Octavio, que tinha “pais incógnitos”. A partir disso e através da trajetória desses e de outros alunos, percebemos que ter uma origem familiar mais sólida e, dessa forma, poder usufruir dos laços que os pais haviam construído, transformava o aluno em “mais branco”, facilitando sua ascensão social.



Entre os dois “pardos”, apenas Eduardo conseguiu proeminência; Octavio, depois que se formou, assumiu um cargo de engenheiro, mas veio a óbito anos depois. Muitos dos alunos classificados como brancos tiveram trajetórias de ascensão, subindo na hierarquia e assumindo cargos de governador em diversos estados do Brasil, ainda na Primeira República. Por fim, as análises aqui empreendidas nos mostram que a sociedade, por meio de suas instituições, impunha rígidos obstáculos e barreiras para a mobilidade social de homens de cor. Entretanto, alguns indivíduos conseguiam ultrapassá-los e, dessa forma, conquistar espaços de atuação, desmobilizando, em muitos casos com altíssimo custo pessoal, as barreiras raciais e os estigmas da escravidão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

Fé de Ofício: pasta nº I-1-78. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº II-7-27. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº II-15-12. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº III-6-36. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº III-18-15. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº V-18-35. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº V-6-1. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº V-6-30. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº IV-1-11. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº III-12-3. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº III-11-10. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº VI-5-41. Arquivo Histórico do Exército.  
 Fé de Ofício: pasta nº IV-8-9. Arquivo Histórico do Exército.

Museu Casa de Benjamin Constant, Fundo José Bevilacqua – Série Correspondência familiar: Mariana Bevilacqua (20 de dezembro de 1881).

Relatório do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, junho de 1891. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Guia Militar, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

### Bibliografia:

ANDREWS, George Reid (2007). *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: EDUFSCar.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (2009). Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v.4, n 3, p. 361-385, set – dez.

CASTRO, Celso (1995). *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FREYRE, Gilberto (2004). Ascensão do bacharel e do mulato. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambus: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. 15 ed. – São Paulo: Global.

GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo (2003). Como trabalhar com “raça” em sociologia. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n.1, pp. 93-107, jan./jun.

KABENGELE, Daniela do Carmo (2012). *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

KRAAY, Hendrik (2011). *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec.

LEMOS, Renato (1999). *Benjamin Constant, vida e história*. Topbooks.

LIMA, Ivana Stolze (2003). *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MATTOS, Hebe (2013). *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

McCANN, Frank D (2007). *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras.

MONTEIRO, Mário Ypiranga (1990). *Negritude e Modernidade*. Governo do Estado do Amazonas, Manaus.

MOTTA, Jehovah (1976). *Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas.

RIBEIRO, José Iran (2009). Nem oficiais, nem soldados: perfis dos militares de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos. In: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.15, n.1, pp. 99-110.

SCHULZ, John (1994). *O Exército na política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. EDUSP: São Paulo.